

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.383 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2001



Ademir quer  
destinar à reforma  
agrária áreas  
confiscadas

## Aprovado confisco de terra onde houver trabalho escravo

Proposta de emenda constitucional de autoria de Ademir Andrade, que obteve apoio unânime no Plenário, exime o poder público de pagar indenização aos proprietários. Terras confiscadas deverão ser destinadas à reforma agrária.

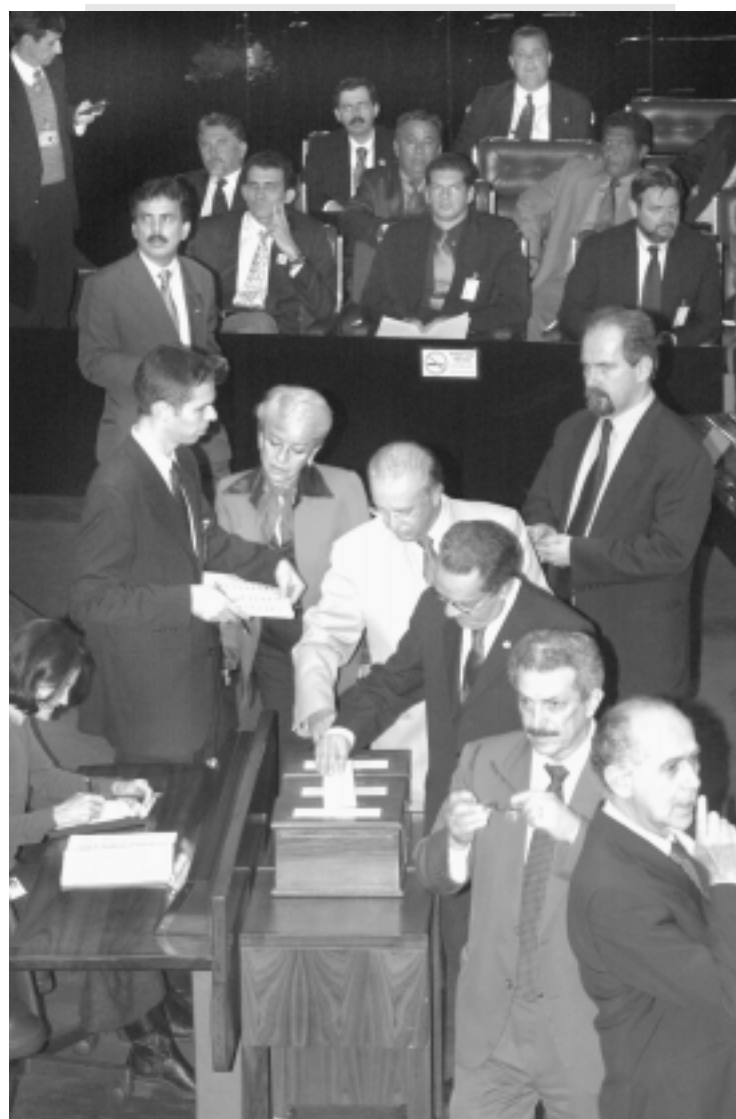
PÁGINA 3



Tebet e Cabral com o ministro Costa Leite, que entregou as sugestões do STJ para a reforma do Judiciário

## STJ apresenta sugestões para uma Justiça “efetiva e democrática”

PÁGINA 6



O Senado aprovou ontem indicações do presidente da República para três embaixadas. Em votação secreta (foto) foram aceitos os nomes propostos para as missões brasileiras na Alemanha, em Granada e no Reino da Suazilândia.

PÁGINA 3

## Adesão à Alca deve atender interesses brasileiros, diz Celso Lafer

PÁGINA 5



Horácio Piva (E), da Fiesp, participou, com Celso Lafer, de reunião no Senado sobre a Alca

## Mudança na lei eleitoral acaba com candidato nato

PÁGINA 7

# Senado vota proteção a obras de arte

Projeto estabelece penas de dois a seis anos de reclusão para falsificadores. Também prossegue hoje discussão da PEC que define normas para documentos sigilosos enviados pelo Executivo ao Congresso

As criações do espírito, como desenho, pintura, gravura e escultura, poderão ter uma lei especial que as proteja contra fraudes e falsificações, se o Plenário aprovar hoje projeto nesse sentido de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA). O objetivo é definir dispositivos que punam com mais rigor os crimes praticados nessa área.

O texto será votado nos termos de substitutivo que o senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou. O projeto pune com dois a seis anos de reclusão quem falsificar obra de arte visual, e impõe pena de um a cinco anos para quem expuser à venda ou permutar arte fraudada. Tendo consultado especialis-



Edison Lobão é autor do projeto de proteção às obras de arte, que será analisado nos termos de substitutivo apresentado por Francelino Pereira



tas e representantes do setor das artes plásticas no Brasil, Lobão considera da maior importância a aprovação do projeto.

Na mesma sessão, o Plenário vol-

ta a discutir, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) dispondo que documentos sigilosos enviados ao Legislativo terão que

ser destacados dos públicos, fundamentando-se sua reserva.

O senador disse que a proposta originou-se da preocupação com o fato de que, se revelar informações sigilosas recebidas no bojo de documentos públicos, o parlamentar incide na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não sofrer punição mais grave.

Oriunda da Câmara, será também discutida proposta que faculta aos dentistas acumular dois cargos remunerados na administração pública, como já é permitido aos médicos e professores. O texto tem parecer favorável do senador Álvaro Dias (PDT-PR).

## Conselho de Ética analisa denúncias contra Luiz Otávio

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje, às 9h, para analisar o relatório da senadora Heloísa Helena (PT-AL) sobre as denúncias de envolvimento do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) no desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Luiz Otávio é acusado de ter participado, em 1992, do desvio de US\$ 13 milhões destinados às empresas Ebal e Rodomar para a construção de 13 balsas que nunca foram concluídas. O senador teria assinado notas fiscais falsas.

Embora não tenha adiantado o conteúdo do seu relatório, Heloísa Helena disse ter convicção da existência de jurisprudência no Supremo Tribunal Federal e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que permite a abertura de processo em casos de crimes contra o sistema financeiro e a administração pública praticados antes do mandato parlamentar. O Conselho de Ética é presidido pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).



Presidida por Ney Suassuna, a Comissão de Fiscalização e Controle aprovou relatório de Wellington Roberto

## Fiscalização no Metrô-DF deve continuar

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado Federal aprovou ontem relatório apresentado pelo senador Wellington Roberto (PMDB-PB) que recomendou a continuidade das investigações, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nas obras do metrô do Distrito Federal. O senador informou que as auditorias realizadas pelo TCU até agora não constataram qualquer irregularidade.

Wellington Roberto considerou satisfatórios os esclarecimentos prestados pela Coordenadoria Especial do Metrô-DF, mas recomendou a continuidade da fiscalização até a conclusão das obras.

Ainda na mesma reunião, a Comissão de Fiscalização e Controle arquivou dois relatórios de auditoria enviados pelo Tribunal de Contas da União. Um deles refere-se a uma estrada

construída com recursos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), entre os municípios de Colinas e Oromundo, ambos no Maranhão.

O outro relatório do TCU trata de fiscalização feita junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), agência vinculada ao Ministério da Ciência e da Tecnologia.



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet  
Presidente

8h45 — Recebe Sérgio Amaral, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
10h — Recebe Márcio Cotrim, diretor da Fundação Assis Chateaubriand no Distrito Federal  
17h — Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PDL nº 236/00, aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens de TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera o alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 7/2001, acrescenta o parágrafo 3º ao art. 50 da Constituição federal (dispõe sobre o acesso a informações e documentos sigilosos); PLS nº 635/99, estabelece instrumentos legais de prevenção e repressão à falsificação de obras de artes visuais; PLS nº 34/2001, altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.528/78, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar; PDL nº 292/01, aprovando ato que outorga concessão à Fundação Osny José Gonçalves para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens; e Requerimento nº 552/01, do senador Ney Suassuna, solicita a retirada, em caráter terminativo, do Projeto de Resolução nº 41/01, de sua autoria.

### COMISSÕES

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
Pauta: discussão e votação do relatório da senadora Heloísa Helena sobre a Denúncia nº 1/00, em desfavor do senador Luiz Otávio.  
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

9h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Audiência pública sobre o tema Política Brasileira de Incentivo às Exportações, com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral.  
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — CPI do Futebol  
Pauta: reunião administrativa  
Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

### PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais, e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Terra com trabalho escravo pode ser expropriada

Proposta de Ademir Andrade, acolhida em primeiro turno, destina propriedade para reforma agrária. Matéria ainda será votada em segundo turno e, se confirmada a aprovação, irá ao exame da Câmara



Os senadores decidem, por votação secreta, sobre as indicações dos três diplomatas

## Aprovadas indicações de embaixadores

O Plenário do Senado aprovou ontem indicações do presidente da República para três embaixadas brasileiras. A missão brasileira na Alemanha será chefiada por José Artur Denot Medeiros. Para a embaixada em Granada, irá Ney do Prado Dieguez. Ele vai acumular o cargo com a chefia da missão na Guiana.

O diplomata Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, atual embaixador em Moçambique, vai acumular o cargo com a chefia da embaixada no Reino da Suazilândia. As decisões serão agora comunicadas ao presidente da República.

## Senado acolhe concessões de televisão

O Senado aprovou ontem concessões para duas emissoras de televisão em Osasco (SP) e em Três Lagoas (MS). A primeira, relatada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), será explorada pela Fundação de Fátima. A outra, cujo relator foi o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), pela Fundação Stênio Congro.

O Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que determina a expropriação, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais onde ocorra a exploração do trabalho escravo. A Constituição já permite este procedimento em terras com cultivo ilegal de plantas psicotrópicas. Pela PEC, aprovada por unanimidade, as terras serão confiscadas de seus

donos sem que haja qualquer indenização.

Ademir Andrade salienta, na justificativa da proposta, que projeto com objetivo semelhante foi vetado pela inexistência de preceito constitucional sobre o assunto. O veto, sustenta o senador, incentivou a prática de trabalho escravo no meio rural brasileiro.

Na avaliação do relator da proposta, senador Romeu Tuma (PFL-SP), o confisco deve se tornar um instru-

mento eficaz no combate ao trabalho escravo. Tuma apresentou parecer contrário à emenda do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), que exclui das sanções previstas na PEC o proprietário, quando a terra estiver sendo explorada por arrendatário. O relator disse temer que os proprietários utilizem laranjas para escapar



PEC de Ademir Andrade não dá direito a qualquer indenização

das expropriações. Em Plenário, a emenda de Juvêncio acabou rejeitada por 49 votos.

## Rejeitada proibição de parente na suplência de senador

O Plenário rejeitou ontem projeto de lei complementar que proibiria o registro de parentes de candidatos ao Senado como suplentes na mesma chapa. A proposta obteve 38 votos favoráveis, três a menos que o necessário para a sua aprovação. Vinte senadores votaram contra e 8 abstiveram-se.

A autora da proposta, senadora Marina Silva (PT-AC), disse que a intenção do projeto era coibir uma prática presente na política brasileira de tratar o mandato parlamentar como patrimônio pessoal.

— O mandato é espaço público e não de herança familiar. Os detentores de mandato não podem levar para dentro de Casa a praça, que é do povo — afirmou Marina.

O projeto alteraria a Lei de Inelegibilidades, vedando o registro, como suplente de candidato a senador, do cônjuge e dos parentes até o segundo grau ou por adoção.

O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), posicionou-se a favor da proposta, mas reconheceu que o parentesco entre candidato e suplente não constitui o

ponto fundamental do problema da ilegitimidade do mandato do suplente. Ele defendeu a realização de eleições em 90 dias quando a vacância do cargo for definitiva.

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), disse que a atual legislação permite a utilização do cargo de senador sem a anuência do eleitor. “O que há, muitas vezes, é a reserva de mercado familiar para o cargo”, observou. O líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), apesar de salientar que não havia uma posição firmada sobre o assunto na bancada governista, defendeu a proposta.

— O projeto impede que entre as características cartoriais da política contem aspectos familiares. A natureza da suplência é ser uma extensão partidária e não familiar — avaliou.

Os parlamentares aproveitaram a discussão do projeto para se manifestar sobre o instituto da suplência. Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a maneira de sanar o problema da falta de legitimidade que pode existir no exercício de mandato por suplentes é promover a obrigatoriedade da divulgação de suas candidaturas entre os eleitores. Alcântara já apresentou projeto determinando que as peças de publicidade eleitoral divulguem os nomes dos candidatos a suplente.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que a essência do problema reside na forma como são escolhidos os suplentes. Segundo ele, muitas vezes o poder econômico é determinante na composição das chapas. Apesar de favorável ao projeto de Marina, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que há outras propostas tratando do

assunto em tramitação no Congresso. Uma delas, de autoria da Comissão Especial de Reforma Partidária, determina a realização de eleições no máximo dois anos após a vacância definitiva do cargo.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que a proposta de Marina só foi incluída na pauta de votações em virtude das renúncias de Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. Em ambos os casos os suplentes eram parentes: o atual senador Antonio Carlos Magalhães Júnior e Laércio Barbalho, pai de Jader. Freire considera arriscado votar-se uma matéria por motivações casuísticas.

— Temos que ter os olhos voltados para a cidadania e não para os partidos políticos — disse Freire.

Eleito suplente do ex-senador José Roberto Arruda, Lindberg Cury (PFL-DF) foi um dos parlamentares favoráveis ao projeto, que segundo ele, baseia-se na expectativa da sociedade. Já o senador Amir Lando (PMDB-RO), que se absteve na votação, disse que o problema da suplência só será resolvido com “normas de caráter definitivo”.



Marina disse que o objetivo de seu projeto é coibir uma prática presente na política brasileira

## Tutela de vontade do eleitor é argumento contra projeto

Os senadores que se posicionaram contra o projeto que proíbe parentes de candidatos ao Senado de serem registrados como suplentes na mesma chapa argumentaram que a proposta procura tutelar a vontade do eleitor. O senador Bello Parga (PFL-MA) disse que a proposta da senadora Marina Silva parte de premissas equivocadas de que o eleitor não sabe votar e

de que o processo de escolha dos candidatos a senador e seus suplentes são comandados apenas pelas direções partidárias.

— Ao eleitor deve ser delegado o direito de escolher o seu candidato — resumiu Parga.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o projeto cria mais uma inelegibilidade, inadequada, à medida que os ocupantes de cargos no Executivo po-

dem até mesmo se candidatar à reeleição, sem necessidade de desincompatibilização.

Apesar de reconhecer as boas intenções da autora do projeto, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a proposta contém “o terrível desejo da tutela”. Requião defendeu a obrigatoriedade de que se divulguem as candidaturas dos suplentes.

— A lei não pode substituir a

vontade do povo. O parentesco, se não é título, não será estigma — disse Requião.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) contestou o argumento de que o projeto procura tutelar a vontade do eleitorado. “Não estamos subestimando o eleitor, mas será possível que, em um partido, a única pessoa capaz de ser suplente seja parente do candidato?”, questionou.

# Tebet e presidente da Fiesp discutem reforma tributária

Em encontro ontem, o presidente do Senado e o empresário Horácio Lafer Piva trataram também da necessidade de mudanças na legislação trabalhista

Os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, discutiram, durante encontro na manhã de ontem, a reforma tributária e mudanças nas leis trabalhistas. Na audiência, o senador e o empresário também conversaram sobre a situação econômica do país e o cenário mundial.

Tebet disse que a reforma tributária foi tratada com Horácio Lafer Piva por ser o tema uma reivindicação antiga dos empresários nacionais.

— Nós tratamos de um assunto que interessa a todos. O país precisa de uma reforma tributária mais justa e que possa auxiliar no desenvolvimento das pequenas e médias empresas, que, afinal de contas, respondem por 42% dos empregos no país. Eu penso que esse projeto, que ainda está na Câmara dos Deputados, é muito importante e nós temos de avançar nesse assunto, fazendo com que a reforma saia do papel — declarou o presidente.

Tebet disse também que a reformulação das leis trabalhistas foi tratada com Lafer Piva “como instrumento capaz de alavancar a economia”, juntamente com o incremento das exportações.

— Na prática, a legislação trabalhista brasileira já prevê maior flexibilidade nas relações patrão/empregado, mas se for possível melhorar ainda mais esses mecanismos para atender realmente os interesses de ambos os lados, nós vamos fazer isso — anunciou Tebet.

Para o presidente da Fiesp, a conversa com Tebet foi positiva. Tratou-se, disse, de vários temas econômicos, em busca de medidas para a melhoria dos resultados das indústrias e empresas na-

cionais e que ajudem o país a adquirir maior competitividade no mercado mundial. A visita, acrescentou, é sinalização de nova fase em que devem prevalecer o diálogo e a sensibilidade dos legisladores e do empresariado na busca de “um caminho de fluidez das negociações que interessam a todos”. A saída para o momento, disse, é priorizar a reforma tributária e montar ofensiva exportadora forte, “de forma a mostrar ao mundo que começamos a atacar nossos pontos fracos”.



O encontro de Horácio Lafer Piva com Ramez Tebet (D) serviu para discutir medidas que levem à melhora dos resultados da indústria nacional

## Câmara anula decisão sobre 13º para ex-parlamentares

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou que a Câmara dos Deputados resolveu tornar sem efeito a aprovação do projeto de resolução que concedia 13º salário a ex-parlamentares e pensionistas do antigo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). A proposta de anulação, apresentada pelo presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), foi ratificada, por unanimidade, pelo Plenário.

A justificativa de Aécio Neves para anular a aprovação do projeto foi que houve “vício formal incontornável” na votação. Além do projeto de resolução estar fora do prazo, a proposta deveria ter sido apresentada na forma de projeto de lei. Ele determinou que a matéria seja encaminhada às comissões técnicas

da Câmara para nova análise.

Relator do projeto que extinguiu o IPC, o senador Osmar Dias (PDT-PR) comentou que “a sociedade brasileira e a imprensa estavam com a razão ao considerar indecente” a concessão do 13º salário para ex-congressistas. “Congratulo o presidente Aécio Neves pela decisão, que é moralizadora e corrige uma indecência que seria praticada.”

Antes do anúncio, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) havia feito, em Plenário, apelo à Câmara para que anulasse a aprovação. Ela argumentou que o próprio projeto desautorizaria a aprovação, ao invocar o princípio da isonomia com os beneficiários do INSS para estender o benefício do 13º aos ex-congressistas.

Também o senador Jefferson

Péres (PDT-AM) criticou o projeto. Ele afirmou que o aumento era injusto, ressaltando que a Comissão de Orçamento não consegue encontrar meios para aumentar o salário mínimo. Também lembrou que professores estão em greve porque o governo não tem dinheiro para reajustar salários, e os servidores estão há sete anos sem reajuste salarial.

BRASIL DE FAMINTOS

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) solidarizou-se com Jefferson Péres e lembrou que, ao terminar seu mandato de deputado federal, foi obrigado a entrar na Justiça Federal para impedir que o aposentassem e depositassem recursos em sua conta bancária. Ele acrescentou que, quando era governador de Goiás, vetou o pagamento de aposentadoria a ex-governadores. “O Brasil de famintos, miseráveis e excluídos não pode conviver com essa situação”, disse.



Tebet recebeu anistiados políticos, acompanhados de Eduardo Suplicy

## Anistiados querem rapidez na aprovação de MP

Anistiados políticos atingidos por atos do regime militar foram recebidos na manhã de ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. Acompanhados pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), eles pediram ao presidente apoio para aprovação da medida provisória (MP) que torna mais claro o texto constitucional sobre os direitos dos anistiados.

Antes de ser examinada pela Câmara e pelo Senado, em sessão plenária, a MP será avaliada por comissão especial formada por deputados e senadores. Precisam ainda ser eleitos o presidente, o vice e o relator da comissão. Tebet comprometeu-se a acelerar a tramitação da medida provisória.

Tebet recebeu também o secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Fernando Lopes. Em nome do governador Anthony Garotinho ele tratou da renegociação da dívida fluminense.

Ainda na manhã de ontem, fizeram visitas de cortesia a Ramez Tebet o presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região — que compreende os estados de Mato

Grosso do Sul e São Paulo —, Márcio José de Moraes, e o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), que estava acompanhado de políticos sul-mato-grossenses.

SAYAD

O secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo, João Sayad, também esteve com o presidente do Senado. Ele veio solicitar que seja autorizada a contratação de dois empréstimos pela prefeitura da cidade junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os recursos, que totalizam R\$ 300 milhões, destinam-se ao programa de modernização da administração tributária e à implantação de corredores de ônibus. Participaram do encontro o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), além dos senadores Eduardo Suplicy, Pedro Piva (PSDB-SP) e Paulo Hartung (PSB-ES).

Tebet recebeu ainda a visita do governador em exercício do Distrito Federal, deputado Gim Argello.

## Simon pede que homenagem a Mário Covas seja marcada logo

Atendendo a requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente do Senado, Ramez Tebet, comunicou que entrará em contato com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio



Simon: homenagem deveria ter ocorrido em 16 de maio

Neves, para marcar a data da sessão solene do Congresso em homenagem a Mário Covas, ex-governador de São Paulo.

Simon lembrou que a sessão solene foi aprovada pelo Congresso e marcada para 16 de maio, mas não chegou a ser realizada.

— Falavam que integrantes da oposição usariam a tribuna para fazer críticas ao governo — afirmou Simon, ressaltando que a própria viúva do ex-governador, Lila Covas, e outros convidados vieram a Brasília para a homenagem que não houve.

Em nome da oposição, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) desmentiu que a sessão não teria sido realizada devido a possíveis críticas que parlamentares oposicionistas fariam na tribuna.

— Se esses comentários existissem, são mentirosos: as pessoas que inviabilizaram a sessão que inventem outra história.

## Empresários acareados com ladrão de cargas



A comissão mista parlamentar de inquérito que investiga o roubo de cargas no país promoveu acareação ontem entre empresários do Distrito Federal e Pedro Evaristo, nome fictício de um ladrão de cargas que está auxiliando a CPI nos trabalhos de investigação.

O primeiro empresário ouvido foi o deputado distrital José Tatico (PSC-DF), proprietário do supermercado Tatico, no Distrito Federal, e acusado por Pedro Evaristo de receptação de cargas roubadas. O deputado negou ter feito qualquer negociação com mercadorias roubadas e disse que 95% das cargas recebidas em seu supermercado chegam de distribuidoras.

A comissão, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), ouviu também Francisco Alexandre Menezes, dono de padaria no Distrito Federal, que, segundo Pedro Evaristo, comprou uma carga roubada de leite em pó. O empresário afirmou nunca ter comercializado carga roubada e se comprometeu a apresentar sua declaração do Imposto de Renda dos últimos cinco anos, a pedido do deputado Pompeu de Mattos (PDT-RS). A motivação do pedido, segundo o deputado, foi o acúmulo, sem explicação aparente, de bens de Francisco, que afirmou ter, além da padaria, cinco caminhões.

O terceiro depoente foi Joaquim Gomes da Silva, dono do supermercado Frangão, localizado em Sobradinho, no Distrito Federal. Joaquim negou as declarações de Pedro Evaristo, segundo o qual ele teria pago R\$ 74 mil em dinheiro por uma carga roubada. A carga, acrescentou Pedro Evaristo, foi negociada entre Raul, um outro ladrão de cargas, e o irmão de Joaquim, José Gomes da Silva. Joaquim negou ter pago a quantia, afirmando que a maior compra já feita pelo supermercado foi no valor de R\$ 20 mil, e acrescentando que todas as compras efetuadas são do seu conhecimento.

José Gomes da Silva, irmão de Joaquim, disse à CPI que só faz compras para o supermercado do irmão com notas fiscais e desconhece qualquer negociação feita com ladrões de cargas sobre mercadorias roubadas. Pedro Evaristo afirmou já ter vendido cargas roubadas para José seis vezes.

# Lafer: Brasil exige atendimento de seus interesses para entrar na Alca

Em reunião de comissões do Senado, ministro das Relações Exteriores afirma que governo também está convencido de que opção pelo isolamento causaria grandes prejuízos ao país

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, garantiu ontem aos senadores que o governo só assinará o acordo final da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), no final de 2005, se ele "atender globalmente aos interesses dos brasileiros". Para o ministro, o Brasil perderá investimentos e mercados caso os norte-americanos fechem um acordo com os outros países da América sem a presença brasileira.

— Além da manutenção das barreiras existentes contra nossas exportações, teríamos nesse caso de concorrer nos mercados norte-americanos contra um volume crescente de produtos latino-americanos admitidos em condições preferenciais — sustentou.

Celso Lafer participou de uma reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presididas pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Jefferson Péres (PDT-AM).



Celso Lafer fala aos senadores, ao lado de Lúcio Alcântara e Jefferson Péres, presidentes da CAE e da CRE

Além do ministro, foram ouvidos o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Horácio Lafer Piva, e o presidente da Central Única dos Trabalhadores, João Felício.

O ministro repetiu que a Alca constitui uma oportunidade para abrir mercados e assegurar as condições de concorrência aos produtos brasileiros. "Não podemos ter medo de sentar à mesa. O que importa é termos argumentos convincentes que nos permi-

tam efetivamente defender o interesse nacional". Celso Lafer observou que não seria possível defender os interesses brasileiros no isolamento. Lembrou que a fase de dúvidas sobre se o Brasil deveria ou não participar das negociações da Alca já passou e que hoje há convicção no governo de que a Alca não condenará acordos sub-regionais, como o Mercosul.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou longamente o ministro e o presidente da Fiesp, lem-

brando que se trata de uma negociação entre a maior potência do planeta e 33 países subdesenvolvidos ou emergentes. "Não corremos risco de sair em desvantagem dessa negociação?", indagou.

Para o ministro, o Brasil exige que os nove grupos de negociação setorial instalados andem no mesmo ritmo, impedindo que sejam fechadas negociações que interessariam mais aos EUA. Além disso, ele considera um erro subestimar a importância relativa do Brasil, que tem poder de compra equivalente a um terço do PIB da América Latina e do Caribe.

Geraldo Cândido (PT-RJ) questionou o ministro sobre o isolamento a que estaria submetido no Itamaraty o embaixador Samuel Guimarães, que advertiu publicamente sobre o risco que a Alca pode representar para o Brasil. O chanceler ponderou que o embaixador não poderia participar das negociações se, a princípio, ele discorda da idéia central do governo.

## Presidente da Fiesp adverte para risco de ingenuidade

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, opinou que o Brasil deve ser ativo e não subalterno nas discussões para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Lafer Piva disse que o poder de barganha do Brasil precisa ser mais bem usado e que o país não pode se comportar de maneira ingênua. "Quem já negociou com os Estados Unidos sabe o tamanho do nosso desafio", observou. Ele lembrou que o Produto Interno Bruto (PIB) americano é 15 vezes maior que o brasileiro, e que o faturamento das três maiores empresas dos EUA supera em 20% o PIB brasileiro.

No entendimento do presidente da Fiesp, o governo brasileiro vem mantendo, nos últimos anos, uma visão excessivamente financeira. Ele entende que o país deve se preocupar mais com o lado comercial e definir uma política que permita às empresas nacionais aumentar seu poder de competitividade.

Também participando da audi-

ência pública da CRE e da CAE, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, revelou que a principal preocupação da classe trabalhadora com a implantação da Alca é o aumento do desemprego no Brasil. Ele explicou que, com a queda das tarifas alfandegárias, existe o risco de multinacionais americanas deixarem de produzir em território brasileiro para passar a exportar seus produtos fabricados nos próprios Estados Unidos.

João Felício defendeu a necessidade de o Brasil desenvolver seu parque industrial antes de entrar na Alca. Ele explicou que a CUT defende uma reforma tributária para desonerar a produção, sobretudo das pequenas e médias empresas.

CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, às 9h, outra audiência pública para discutir a política de exportações brasileira, que contará com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral.

## Comissão do Mercosul aprova exigência de certificado de origem

Em reunião realizada ontem, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou projeto do Executivo que estabelece a obrigatoriedade da apresentação de certificados de origem para todos os produtos sob investigação ou sujeitos a medidas



Jorge Bornhausen relatou o projeto do Executivo

antidumping, compensatórias ou de salvaguardas. As regras de origem previstas no projeto fazem parte de acordo do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), de 1994.

De acordo com o projeto, relatado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), o certificado será exigido por ocasião do despacho aduaneiro, juntamente com os demais documentos que instruem o desembaraço da mercadoria.

Ainda na mesma reunião, foi aprovado o acordo que prevê a cooperação entre as forças aéreas do Brasil e do Paraguai para promover a integração das forças repressivas a atividades ilícitas praticadas com uso de aviões.

Para o cumprimento dessa tarefa, as duas partes poderão dar curso a intercâmbio de informações, treinamento técnico ou operacional, fornecimento de equipamento ou recursos humanos e assistência técnica mútua. A matéria foi relatada pelo deputado Paulo Gouvea (PFL-SC).

Ao final da reunião, foi aprovado texto do acordo entre os governos do Brasil e da Argentina para a construção das três novas pontes rodoviárias sobre o Rio Uruguai. O acordo determina a criação de duas comissões designadas tanto pelo governo brasileiro quanto pelo argentino para estabelecer as condições de concessão, licitação, construção e exploração das novas pontes. A matéria foi relatada pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS).

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul é presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

# STJ dá sugestões para reforma do Judiciário

Conforme o ministro Costa Leite, propostas foram elaboradas por comissão do tribunal. Presente ao encontro na CCJ, Ramez Tebet afirmou que Congresso vai empenhar-se para tornar serviços judiciários mais rápidos

Acompanhado do presidente do Senado, Ramez Tebet, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite, visitou ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), junto com outros oito ministros, quando entregou ao presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), sugestões de emendas constitucionais e de normas infraconstitucionais para a reforma do Judiciário. As propostas foram elaboradas por uma comissão do STJ.

Costa Leite disse que a comissão buscou aperfeiçoar o Judiciário como instituição e negou que haja qualquer interesse corporativo no conjunto de sugestões que, segundo ele, pretende fazer

com que a Justiça seja “efetiva, democrática e qualificada”.

Tebet, que foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário, afirmou que o Congresso vai empenhar-se para tornar os serviços judiciários mais rápidos. “Queremos matar a sede de justiça que tem a sociedade brasileira”, declarou.

Cabral se disse feliz com a iniciativa do STJ e prometeu que a reforma do Judiciário tramitará no tempo necessário a que a comissão possa apresentar uma boa proposta para a sociedade.

A CCJ vem realizando audiências públicas para debater o assunto desde que a matéria chegou ao Senado. Cabral informou que recebeu comunicado do pre-



A partir da direita, Osmar Dias, ministro Costa Leite, Bernardo Cabral, Ramez Tebet e ministro Nilson Naves

sidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim, informando que suas sugestões à reforma do Judiciário já estão prontas e serão entregues brevemente à CCJ.

## Propostas apresentadas pelo tribunal

São as seguintes as sugestões da comissão do STJ, que foi presidida pelo vice-presidente do tribunal, ministro Nilson Naves:

- Adoção da súmula vinculante do STJ, que poderia ser aprovada por decisão de dois terços dos membros do tribunal.
- Fim dos precatórios, que seriam substituídos por títulos sentencias líquidos e certos.
- Fim dos recursos ordinários ao STF de decisões tomadas pelo STJ.
- STF teria sua competência limitada ao julgamento de recursos fundados em matéria constitucional, habeas corpus, mandado de segurança, habeas data e mandado de injunção decididos em única instân-

cia pelos tribunais superiores.

- Em caso de recurso ao STJ, o recorrente teria que demonstrar a repercussão geral das questões federais discutidas no caso específico, o que pesaria na decisão sobre a admissão do recurso.
- Criação do Conselho Nacional de Administração da Justiça, composto por um ministro do STF, um do STJ, um do Superior Tribunal Militar (STM), um do Tribunal Superior do Trabalho (TST), um juiz de Tribunal Regional Federal (TRF) e dois desembargadores de tribunais de Justiça. Para o STJ, não há dúvida sobre a necessidade de controle do Judiciário, mas esse controle deve ser interno para manter a independência dos poderes.

## Aprovada na CCJ a redução do período de recesso parlamentar

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador José Fogaça (PPS-RS) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) do então senador Jader Barbalho que reduz o período de recesso parlamentar e veda o pagamento de ajuda de custo aos parlamentares nas convocações extraordinárias do Congresso. A matéria segue para o Plenário.

O relator lembrou que os meios de comunicação de massa questionam com frequência o pagamento de auxílio pecuniário por participação de deputados e senadores em sessões legislativas extraordinárias.

— Trata-se de tema da maior atualidade, quer no que se refe-

re ao encurtamento do recesso parlamentar, quer quanto ao não pagamento aos parlamentares de indenização por participação em sessões de eventuais convocações extraordinárias do Congresso Nacional — disse Fogaça.

Além da proposta de Jader, Fogaça analisou propostas dos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Maguito Vilela (PMDB-GO), que estabeleciam a mesma medida.

— Tão aguda é a consciência que, senadores e deputados, temos da urgência de uma reforma radical das normas e praxes a respeito, que são dezenas as propostas das duas Casas do Legislativo que tentam operacionalizá-la — disse Fogaça.

A CCJ também aprovou pare-



Relatada por Fogaça, PEC também veda ajuda de custo no recesso

cer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) favorável à PEC do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que inclui o Pantanal Sul-Mato-Grossense entre os patrimônios nacionais, cuja utilização estará condicionada, para preservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais.

Os senadores da comissão aprovaram ainda, em turno suplementar, substitutivo de Fogaça ao projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que estabelece normas para a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

## Comissão recebe juristas de organização judaica

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), recebeu durante a reunião de ontem uma comissão de juristas judeus, presidida pelo norte-americano Richard Heideman, dirigente da organização não-governamental B'nai B'rith International, que luta pelos direitos humanos em todo o mundo.

A pedido de Cabral, o senador Bello Parga (PFL-MA) fez discurso de saudação aos juristas. Parga disse que o Senado sentia-se honrado em receber a comissão para estreitar os laços de amizade com os “cultores do Direito”, e considerou a visita muito importante para a CCJ.

Segundo Heideman, a B'nai B'rith International é a única ONG judaica com escritório de assuntos latino-americanos e outro

para o Mercosul, e foi a primeira organização judaica credenciada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ele informou que tinha encontro agendado, à tarde, com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

— Os tempos são muito difíceis e nós temos que lutar juntos contra o terrorismo e a favor da democracia e da liberdade — afirmou Heideman, defendendo que os terroristas sejam levados a julgamento.

O presidente da organização pediu aos membros da CCJ que fizessem um minuto de silêncio em homenagem à memória do ministro do Turismo de Israel, Rehavam Zeevi, assassinado na manhã de ontem em atentado reivindicado pelo grupo Frente Popular pela Libertação da Palestina, conforme publicado na imprensa.



Visita dos integrantes da ONG B'nai B'rith foi feita durante a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

# Aprovadas mudanças na legislação eleitoral

CCJ acolhe proposta que prevê multa para propaganda de boca-de-urna no dia da eleição e o fim da candidatura nata de quem já exerce mandato. Como a decisão tem caráter terminativo, o texto pode seguir diretamente para a Câmara

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que inclui na legislação eleitoral a possibilidade de aplicação de multa, de 5 mil a 15 mil Ufirs, para quem fizer boca-de-urna no dia da eleição. Atualmente, a legislação prevê que a propaganda no dia da eleição é crime passível de detenção de seis meses a um ano.

O substitutivo do senador José Fogaça (PPS-RS) ao projeto de lei do senador Álvaro Dias (PDT-PR) foi aprovado pela CCJ em caráter terminativo. Ou seja, a votação da comissão vale por todo o Senado, a menos que seja apresentado recurso para que a matéria vá a Plenário. A aprovação se deu em turno suplementar – apreciação extra e final, pela comissão, destinada à proposição de emendas ao novo projeto (substitutivo) apresentado pelo

relator. Caso não haja recurso, a matéria segue direto para a Câmara dos Deputados.

A proposta, que altera o Código Eleitoral e a lei de 1997 sobre eleições, determina ainda que prédios e *outdoors*, públicos ou particulares, utilizados para exibir propaganda eleitoral, devem ser restaurados até 30 dias após as eleições. Prevê também que o resultado da eleição em primeiro turno seja proclamado em no máximo sete dias, permitindo que os candidatos tenham tempo para a campanha do segundo turno.

Outra mudança importante prevista no projeto é a permissão para que adolescentes com menos de 16 anos possam se alistar como eleitores, desde que



Projeto de Álvaro Dias, aprovado pela CCJ, altera dispositivos da legislação eleitoral

atingam essa idade até o dia da eleição. A proposta revoga ainda dispositivo do Código Eleitoral que prevê a candidatura nata de políticos já eleitos para cargos proporcionais. Segundo Fogaça, essa decisão deve ficar para os partidos, cuja autonomia é assegurada pela Constituição.

O relator excluiu do projeto a possibilidade de os partidos arrecadarem recursos por meio de serviço telefônico, tipo 0900, já que a proposta de financiamento público das campanhas eleitorais se encontra em fase adiantada de tramitação na Câmara dos Deputados.

## Novas funções podem ser submetidas à aprovação do Senado

Os integrantes da CCJ também aprovaram ontem parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Osmar Dias (PDT-PR) que inclui entre as autoridades que devem ser submetidas à aprovação pelo Senado Federal os chefes de missões diplomáticas temporárias incumbidas de negociar ou firmar tratados internacionais que resultem na criação ou adesão a blocos econômicos.

– Não há por que ficar o Congresso alheio ao processo de decisões de tantas consequências e repercussões – afirmou Osmar Dias.

## Candidatos a senador devem ter o mesmo tempo de propaganda

O tempo destinado aos dois candidatos às duas vagas para senador, na propaganda no rádio e na televisão, deve ser dividido igualmente. Isso é o que determina projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto, de autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), teve parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA). O relator rejeitou emendas de Plenário, de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que discordavam da distribuição igualitária do tempo, como acabou prevalecendo no parecer.

Na avaliação do relator, com a aceitação das emendas de Plenário o texto do projeto ficaria substancialmente alterado em sua essência, “perdendo o traço que o caracterizava, de justa distribuição do tempo entre os candidatos”.

### TEMPO

O projeto, tal como concebido pelo senador Waldeck Ornélas, acrescenta três parágrafos ao artigo 47 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral),



Waldeck Ornélas defende a distribuição igualitária de tempo entre os candidatos

determinando que, nas eleições em que houver duas vagas para senador, o tempo destinado aos dois candidatos de um mesmo partido ou coligação seja dividido igualmente.

Se o partido ou coligação registrar apenas um candidato, terá direito à metade do tempo que lhe for destinado para a propaganda no rádio e na televisão, sendo a outra metade distribuída igualmente entre todos os partidos e coligações que tiverem candidato.

Antonio Carlos Júnior disse que, no seu entendimento, a forma prevista no projeto original de Ornélas é “muito mais justa do que a proposta feita pelo autor das emendas”.

## Acolhido “Sistema S” exclusivo para saúde

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, com alterações, o parecer do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), favorável ao projeto que cria o Serviço Social da Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass). O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será examinado em caráter terminativo.

De acordo com o projeto, de autoria do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) terão que repassar para as novas entidades os recursos arrecadados das empresas da área de saúde.

Os recursos que movimentam o chamado “Sistema S” – criado no início da década de 40, por Getúlio Vargas –, que presta assistência social, de saúde, educacional e de formação profissional para os trabalhadores do comércio e da indústria, são provenientes de uma contribuição compulsória de 3% sobre o valor da folha de salários das empresas.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse temer que a criação das novas entidades acabe enfraquecendo o “Sistema S” hoje existen-



Geraldo Althoff é autor do projeto que cria serviços específicos para trabalhadores em saúde

te, pela pulverização dos recursos, sem gerar mais eficiência com a maior descentralização.

Após apelo do senador Gerson Camata (PMDB-ES) para que a comissão se ativesse a dar parecer sobre a constitucionalidade ou não da proposta, os senadores Álvaro Dias (PDT-PR) e José Eduardo Dutra (PT-SE) apontaram indícios de inconstitucionalidade em três artigos da proposta, todos relacionados ao artigo 11, que criava taxa de contribuição para os trabalhadores autônomos. Diante disso, o relator concordou com a supressão dos artigos.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) defendeu a aprovação do projeto, por considerar que o setor de serviços responde

atualmente por 54% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, o que justifica que seja atendido por organismos especiais.

O senador Francelino Pereira propôs o aprofundamento da discussão sobre a matéria, o que acabou acontecendo durante a sessão. O senador José Alencar (PL-MG) defendeu a criação de um “Sistema S” exclusivo para o setor de saúde, lembrando que há alguns anos o mesmo ocorreu com o setor de transporte, que acabou sendo desmembrado da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O senador Roberto Freire (PPS-PE) votou pela constitucionalidade do projeto, mas fez severas críticas ao “Sistema S”, que impõe encargos que ele considera absurdos ao setor empresarial para manter uma estrutura suntuosa.

O senador José Fogaça (PPS-RS) disse que nos trabalhos da Constituinte ficou surpreso ao ver que os empresários defendiam a manutenção do sistema, mesmo tendo de pagar compulsoriamente por ele. Destacou que hoje, contudo, a criação de diferentes sistemas é inevitável, pela própria necessidade da especialização do mercado de trabalho. Os senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Roberto Requião (PMDB-PR) também foram favoráveis à aprovação do parecer de Sebastião Rocha.



O parecer aprovado pela Comissão de Orçamento, presidida pelo senador Carlos Bezerra, foi elaborado pelo deputado Sampaio Dória (segundo à esquerda)

## Orçamento deve ser votado até 15 de dezembro

Com a aprovação do parecer preliminar do relator, o Orçamento da União para 2002 entra agora na segunda fase de tramitação no Congresso, período em que deputados e senadores apresentam suas emendas. O prazo para emendas termina no próximo dia 25. Já a votação final da proposta orçamentária deve ocorrer até 15 de dezembro. Para destinar dinheiro a algum projeto (no máximo de R\$ 2 milhões por parlamentar), o congressista deve indicar os programas que terão as verbas cortadas.

Em tese, as emendas individuais dos 513 deputados e 81 senadores só podem mudar de lugar R\$ 1,2 bilhão de todos os gastos do Orçamento. Pela Constituição, no entanto, os parlamentares não podem mexer nas verbas

para pessoal, juros e transferências constitucionais a estados e municípios, que representam 66,7% dos R\$ 280,5 bilhões de gastos previstos no Orçamento.

O valor global com as emendas pode aumentar se o grupo que reavalia receitas concluir que o governo terá uma arrecadação maior que a previsão feita em agosto passado, quando a proposta orçamentária foi enviada ao Congresso. Nesse caso, o relator-geral, auxiliado por dez relatores-setoriais, destina a maior parte da nova previsão de receitas a projetos de interesse regional ou nacional, indicados por bancadas estaduais e comissões permanentes do Congresso.

No entanto, o deputado Sampaio Dória, relator do Orçamento, já alertou que o governo não contava com desaquecimento mais intenso da economia mundial, como vem se verificando desde os atentados terroristas nos Estados Unidos. Caso o desaquecimento se prolongue, o relator teme por uma queda na arrecadação em 2002, jogando por terra a previsão que a equipe econômica fez em agosto.

# Parecer não garante reajuste do mínimo maior do que o previsto pelo governo

O relatório preliminar aprovado pela Comissão de Orçamento mantém valores estabelecidos na proposta do Executivo para os salários mínimo e do servidor público, que devem vigorar em 2002

A Comissão Mista de Orçamentos aprovou, no final da noite de terça-feira, o parecer preliminar que o relator-geral, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP), apresentou ao projeto do Orçamento da União para 2002. Alegando que não há dinheiro disponível, o relator não mexeu nos reajustes previstos para o salário mínimo (5,97%) e para o funcionalismo federal (3,5%).

De qualquer forma, dois grupos de deputados e senadores ainda trabalharão até a primeira semana de dezembro na tentativa de garantir os reajustes. O primeiro grupo tentará encontrar fontes alternativas e permanentes para melhorar o reajuste do mínimo. O segundo estudará saídas específicas para o salário dos servidores. Se nada conseguirem, o mínimo deverá passar de R\$ 180,00 para R\$ 190,71, em 1º de abril de 2002, e os servidores receberão aumento geral de salários de 3,5% em 1º de janeiro próximo. Boa parte dos deputados e senadores quer elevar o mínimo para R\$ 200,00 e reajustar o salário dos servidores em 7%.

O parecer preliminar aprovado pela comissão, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), também não altera a previsão do Executivo de arrecadação de R\$ 308,3 bi-

lhões e gastos de R\$ 280,5 bilhões para a União no próximo ano. A diferença, de R\$ 27,8 bilhões, faz parte do superávit primário das contas federais e será destinado ao pagamento de parte dos juros da dívida pública federal.

O superávit, no entanto, não será suficiente para arcar com todo o pagamento de juros da dívida, de R\$ 72,1 bilhões, o que obrigará a União a encontrar R\$ 42,9 bilhões, em outras fontes, para fechar a conta.

O valor da arrecadação federal, entretanto, poderá ser alterado até o fim de novembro, com a reavaliação de todas as previsões de receitas feitas pela equipe econômica do Executi-

vo. Se forem modificados os números da arrecadação, seja por reavaliação ou por identificação de novas fontes, a previsão de gastos também deverá ser mexida pela Comissão de Orçamento.

Em seu parecer preliminar, o relator Sampaio Dória ignorou a proposta de emenda constitucional (PEC), em tramitação na Câmara, que prevê reajuste de 35% nas tabelas de recolhimento do Imposto de Renda das pessoas físicas. Se aprovada, as receitas terão um corte de aproximadamente R\$ 5,2 bilhões, conforme cálculos da Secretaria da Receita Federal. Também foi ignorada, no parecer, a renegociação, em anda-

mento, das dívidas dos pequenos agricultores, que poderá diminuir em mais R\$ 1,6 bilhão as receitas projetadas para 2002 pelo Executivo.

O deputado Sampaio Dória também não modificou a previsão de gastos obrigatórios da União com saúde – existem divergências quanto à interpretação sobre o que determina emenda constitucional aprovada no ano passado.

A proposta do Executivo apresenta uma previsão de gastos no setor de R\$ 23,63 bilhões, exatamente R\$ 1,75 bilhão a menos que o valor defendido pelo Ministério da Saúde e que, conforme o relator, tem a simpatia dos parlamentares.

### O dinheiro do Orçamento da União

De onde vem...	...	e para onde vai	Em R\$ bilhões
Contribuição previdenciária (INSS)	68,5	Benefícios da Previdência	83,8
Imposto de Renda	61,6	Juros da dívida pública	72,1
Cofins	48,5	Transferências para estados e municípios	47,2
CPMF	32,1	Encargos e pessoal da ativa	38,1
Imp. Sobre Prod. Industrializados	21,6	Aposentados e pensionistas	31,1
PIS-Pasep	12,1	Gastos com saúde	23,6
Imposto sobre Importação	10,0	Investimentos	11,0
Contribuição sobre lucro das empresas	9,3	Reserva de contingência	8,5
Outras contribuições	16,9	Despêndios com educação	8,2
Receita patrimonial	10,6	Assistência social	6,0
Receita de serviços	13,4	Fundo de Combate à Pobreza	5,0
Concessão de serviços	6,4	Ciência e tecnologia	1,9
Operações financeiras	3,8	Energia	1,2



## Mauro Miranda cobra mais atenção para microempresa

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) chamou a atenção para as dificuldades que vêm enfrentando os microempresários brasileiros, entre elas a elevada carga tributária, a falta de crédito e de capital de giro e a inadimplência causada pela recessão econômica. Ele ressaltou que o



Mauro Miranda ressaltou que microempresas são o setor que mais gera empregos no país

setor, a despeito de todos os obstáculos tributários, creditícios e técnicos, é o grande responsável pela geração de empregos e distribuição de renda na economia nacional.

O parlamentar classificou como irracional a atitude do governo de elevar a carga tributária a "patamares insuportáveis" para rolar a dívida interna, que já supera a metade do Produto Interno Bruto (PIB). Ele criticou também a ausência de um sistema de microcrédito voltado para empreendedores que precisam de pequenas quantias, e que, por não terem opção, acabam fazendo empréstimo com agiotas.

Mauro Miranda citou pesquisa realizada pela empresa de

consultoria Ernst & Young que apontou o Brasil como o país com população mais empreendedora. De acordo com o levantamento, 16% da população economicamente ativa tem negócio próprio.

O senador registrou duas ações do governo federal em favor dos

microempresários. A primeira é a consolidação de dez fundos setoriais que capitalizam novos negócios em áreas dinâmicas, como agroindústria, saúde e biotecnologia. Outra medida é a criação do Programa Brasil Empreendedor, que já atendeu a cerca de 110 mil pessoas na gestão de negócios.

Mauro Miranda criticou o governo do estado de Goiás devido à prática de cobrança antecipada de tributos estaduais. Ele mencionou ainda a falta de empenho de deputados governistas daquele estado quanto à aprovação do projeto que cria um fundo para avaliar o microempresário, a fim de que seja necessária a apresentação de imóvel como garantia.

## Jucá propõe voto de pesar pela morte de ex-governador de RR

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou requerimento de pesar pela morte de Fernando Ramos Pereira, que governou o então território de Roraima entre 1974 e 1979. O falecimento ocorreu no dia 9, no Rio de Janeiro. Natural de Manaus (AM), Ramos Pereira morreu de insuficiência respiratória e parada cardíaca, decorrentes de uma pneumonia.

— Coronel da reserva da Aeronáutica, Ramos Pereira era um homem bom e honesto. Dos governadores militares indicados para administrar Roraima, ele foi um dos que tiveram maior visão de governo, gerando as bases do desenvolvimento do então território — comentou Jucá.

Outro registro feito pelo senador foi o recebimento de ofício do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, descrevendo o esforço que o governo está fazendo na busca de entendimento para



Segundo Romero Jucá, Fernando Ramos Pereira gerou as bases do desenvolvimento de Roraima

pôr fim à greve nas universidades e escolas técnicas federais.

Jucá disse que tem defendido o diálogo e a busca do entendimento para que não haja prejuízos para servidores, alunos e vestibulandos. No documento, informou o senador, Paulo Renato relata as conquistas do seu ministério e os reajustes dados aos servidores desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso.

# Freire quer investigar extorsão contra Petrobras

Segundo o senador, distribuidoras de combustível estariam obtendo de forma ilegal liminares para o recebimento de indenizações

Serão analisadas pelo Senado as denúncias de extorsão contra a Petrobras, mediante a ação de alguns juízes que concederiam medidas liminares em favor de distribuidoras de combustível, que já teriam conseguido receber, assim, R\$ 72 milhões da estatal. A pedido do senador Roberto Freire (PPS-PE), a Subcomissão do Judiciário, criada no final dos trabalhos da CPI que investigou esse poder, será acionada para averiguar empresas que estariam recebendo recursos da Petrobras de maneira ilegal.

Freire levou ao Plenário informações da própria estatal para explicar como são montadas as ações de indenização relativas a ICMS, aceitas liminarmente por alguns juízes e que resultam em rápida transferência de recursos da Pe-



Para Roberto Freire, é grave a denúncia de que a Petrobras estaria sendo vítima de extorsão

trobras para distribuidoras de pequeno porte, sem patrimônio próprio e que oferecem como garantia, em caso de reforma das decisões judiciais, notas promissórias delas mesmas.

O senador definiu a denúncia

como grave, e pediu que a Mesa do Senado encaminhe o caso à Subcomissão do Judiciário, para que sejam ouvidos dirigentes da Petrobras e os envolvidos nas ações judiciais. Conforme a estatal informou ao senador, o "esquema fraudulento" pode atingir outras empresas e até instituições governamentais, ameaçando o patrimônio público.

Ao levar o assunto a Plenário, Freire quis primeiramente se assegurar de que a Subcomissão do Judiciário ainda existe. O presidente da Casa, Ramez Tebet, informou que sim, mas os líderes partidários retiraram os nomes que a integravam. No mesmo instante, Tebet pediu às lideranças que indiquem integrantes para a subcomissão, a fim de que ela possa funcionar.

## Iris Rezende defende suspensão dos cortes de energia elétrica

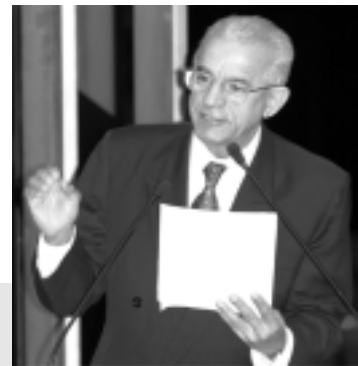
Os possíveis cortes de energia elétrica para empresas ou domicílios que não conseguiram atingir a meta de 20% de economia levaram o senador Iris Rezende (PMDB-GO) a apelar ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que revogue essa medida do programa de racionamento. Para o parlamentar, que considera os cortes uma punição excessiva, a determinação pode atrapalhar a economia "por causar a falência de empresas e, conseqüentemente, aumentar o desemprego".

Sem discutir de quem é a culpa pela situação, o senador disse que o ministro Pedro Parente, coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, "precisa entender que a questão não é de responsabilidade da sociedade", e por isso "ela não deve ser punida".

Iris afirmou que os cortes, que começaram nesta semana, podem atingir cerca de 70 mil pessoas somente no estado de Goiás. Entre as conseqüências da medida, que classificou de constrangedora, o senador apontou o fato de que várias famílias não têm "nem mesmo como conservar os alimentos na geladeira".

Com base em notícias veiculadas pela imprensa, o senador salientou que inúmeros microempresários de diferentes setores da economia, que já acumulam prejuízos, estão sendo agora obrigados a deixar os funcionários parados durante os três dias de corte de energia.

Em aparte, o senador Paulo Souto (PFL-BA) manifestou preocupação em relação aos feriados que podem ser decretados



Iris Rezende considera os cortes uma punição excessiva, pois podem causar a falência de empresas

no Nordeste. O senador baiano afirmou que a medida ocorreria em um momento em que a região deve receber um fluxo significativo de turistas. Diante desse quadro, disse, boa parte dos turistas poderia optar por viajar para outros estados.

## Suassuna pede providência para índios da Paraíba

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem em Plenário que o Ministério do Meio Ambiente tome providências para solucionar o problema que vêm enfrentando os 8 mil índios que vivem na Paraíba e desejam criar camarões, mas são impedi-

dos por não ter autorização do Ibama. Suassuna leu carta do representante da comunidade indígena, o cacique Antônio Barbalho, líder de sete aldeias e que estava no Plenário. O senador solicitou que parlamentares ajudem a solucionar o caso.

De acordo com o cacique, relatou Suassuna, funcionários do Ibama teriam exigido dinheiro para conceder a autorização. Os índios vivem principalmente da agricultura de subsistência e da pesca. Suassuna lembrou que os índios são os mais antigos moradores do Brasil. Na Paraíba, afirmou, as terras onde vive a comunidade são insuficientes para abrigar os índios que vivem no local.

# Projeto sobre programa regional na TV pode mudar

Argumentos expostos em audiência pública por representantes de empresas levam senador Antero Paes de Barros, autor da proposta, a abrir mão do horário nobre para que as emissoras veiculem cultura local e regional

O senador Antero de Barros (PSDB-MT), autor do projeto que amplia o espaço dedicado a produções regionais nas emissoras de TV e rádio, declarou que aceitará excluir de sua proposta a exigência de que tal veiculação ocorra em horários nobres. Mas ressaltou que faz essa concessão com o exclusivo objetivo de contribuir para a efetiva e rápida implantação das mudanças. Ele fez esse anúncio durante audiência pública na Comissão de Educação destinada a debater o projeto. O texto da matéria estabelece que 50% da programação de rádios e tevês, durante o horário nobre, será destinado a divulgar a cultura local.

Antero espera assim reduzir as opiniões contrárias

que seu projeto enfrenta, especialmente dentro das direções das grandes emissoras, como foi manifestado por Paulo Tonet de Camargo, diretor Institucional da Rede Brasil Sul (RBS) e de Flávio Cavalcanti Júnior, diretor do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Eles rejeitaram o projeto, sobretudo no que se refere à exigência do horário nobre, alegando que haveria importantes pre-

juízos financeiros.

De acordo com Paulo Tonet, caso a proposta seja implantada, as emissoras terão uma redução de 70% no faturamento das geradoras e os custos de produção triplicarão. Ele enfatizou que, mesmo sem a obrigatoriedade, sua emissora vem investindo na interiorização de seus programas.

Flávio Cavalcanti Júnior considerou o projeto "terrível" e sugeriu que a regionalização fosse discutida dentro da nova lei da radiodifusão, que está em preparo no Ministério das Comunicações.

No entanto, Emilia Fernandes (PT-RS), assim como Jurandir Antônio Francisco, secretário de Cultura do Mato Grosso, procuraram atenuar os condicionantes econômicos argüidos por Tonet e Cavalcanti. Eles afirmaram que o lucro não pode estar dissociado do que prega a Constituição, que é a preservação dos valores nacionais.

Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu a criação de algum tipo de financiamento, como a Lei do Incentivo à Cultura, para dar suporte econômico à regionalização proposta no projeto. Para Amir Lando (PMDB-RO) o

substitutivo deve procurar uma maneira de compatibilizar o interesse cultural com o faturamento. A secretária-geral do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro, Elizabete Pinho de Azevedo Souza, leu declarações de Fernanda Montenegro, Milton Gonçalves e Carlos Zara, entre outros artistas, que se manifestaram a favor do aproveitamento da cultura regional pelas emissoras de televisão.



Representantes de empresas apontaram perdas financeiras decorrentes da proposta

Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da Comissão de Educação, destacou que essa é a sétima audiência pública realizada neste ano, com o propósito de discutir a importância social dos meios de comunicação. Para ele, a contribuição do projeto está em que ele assegura a diversidade cultural do Brasil, primeira condição para uma convivência democrática.

**Fernanda Montenegro, Milton Gonçalves e Carlos Zara manifestaram-se a favor da divulgação da cultura regional**

## Seminário discute o papel da comunicação no combate ao terror

Um seminário com o tema *Comunicação e Violência: a Opinião Pública no Combate ao Terror* foi promovido ontem pela Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com o Centro de Informação das Nações Unidas.

O objetivo foi debater o modo como os meios de comunicação podem colaborar no combate ao terrorismo. Esteve presente o senador Freitas Neto (PSDB-PI), presidente da Subcomissão de Cinema. Entre os debatedores, o reitor da UFRJ, José Henrique Vi-



lhena, o representante do Centro de Informação da ONU, Carlos

Santos, e o diretor de Comunicação da Vasp, Mário Leme Galvão.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h – Saúde/Unip – Diabetes – Parte 1  
6h30 – Cidadania – O senador Lauro Campos e o economista Carlos Alberto Ferreira Lima falam sobre a economia política  
7h30 – Entrevista – A presidente da Associação Brasileira de Nutrição, Albaneide Peixinho, fala sobre a erradicação da fome  
8h – Jornal do Senado – O resumo das atividades do Senado  
8h30 – Saúde/Unip – Diabetes – Parte 1  
9h – Reunião do Conselho de Ética (ao vivo)  
10h – Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após – Reunião do Conselho de Ética (gravado)  
16h30 – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)  
19h30 – Cidadania – O senador Lauro Campos e o economista Carlos Alberto Ferreira Lima falam sobre a economia política  
20h30 – Entrevista – A presidente da Associação Brasileira de Nutrição, Albaneide Peixinho, fala sobre a erradicação da fome  
21h – Jornal do Senado – O resumo das atividades do Senado

21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h – Música, informação e serviços  
7h30 – Senado Notícias em ondas curtas para regiões Norte/Nordeste  
8h – Senado Primeira Hora – As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h30 – Chão de Estrelas – Os grandes nomes da música brasileira pré-bossa nova  
10h – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
13h30 – Chão de Estrelas – Os grandes nomes da música brasileira pré-bossa nova (reprise)  
14h15 – Senado Notícias – Edição da Tarde  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
19h30 – A Voz do Brasil  
20h – Música, informação e serviço  
20h30 – Chão de Estrelas – Os grandes nomes da música brasileira pré-bossa nova (reprise)  
22h – Senado Notícias – Edição da Noite  
23h – Improviso – Destacando Etta James e o seu mais recente trabalho "Blue Gardenia"

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirectTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Telsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica - Sistema Digital:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 Mhz  
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz  
• Antena - 3,6 m LNB  
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB  
• Symbol 3,2143MS-S  
• FEC: 3/4  
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização - Horizontal  
• Frequência - 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Lobão pede medidas urgentes para o combate à violência

Ao analisar o crescimento da criminalidade no país, o senador Edison Lobão (PFL-MA) solicitou ao governo providências “imediatas e efetivas” no combate à violência, como a fixação de salários mais dignos para os policiais, investimento na qualificação



Edison Lobão quer salários dignos e qualificação profissional para os policiais

ção profissional da categoria e aquisição de equipamentos adequados para as corporações.

Na avaliação do senador, a violência é um fenômeno que se está agravando no Brasil devido à omissão do Estado em combater as desigualdades sociais e em gerenciar os órgãos e entidades responsáveis pela prevenção do crime e sua repressão. Lobão apontou também como causas do aumento da violência a ruptura de valores familiares e éticos, a proliferação do narcotráfico, o comércio clandestino de armas e a impunidade. Em relação a esse último ponto, afirmou que, no Brasil, segundo dados atualizados, de um total de 530 mil pessoas que deviam estar presas por condenação já transitada em julgado, 57% en-

contram-se em liberdade irregular.

O senador observou que o sistema judiciário saturado, com delegacias superlotadas e a morosidade de processos, também atua para o crescimento da criminalidade. Ele classificou como necessária a reforma do

Judiciário, mas defendeu a adoção de medidas urgentes para o aperfeiçoamento dos procedimentos processuais vigentes e para a agilização da tramitação dos processos.

O sistema carcerário, de acordo com Lobão, é uma “eficiente linha de produção de criminosos em série”. Ele ressaltou que a expectativa atual de reincidência ao crime é de 65% para presidiários que cumprem pena em prisões brasileiras. O senador criticou ainda os “procedimentos medievais de degradação pessoal e moral” utilizados por instituições de assistência a menores infratores.

Lobão afirmou que o combate à violência no país exige medidas rápidas e urgentes sob pena de a sociedade regredir à barbárie.

## Moreira aplaude fórum de turismo e gastronomia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) registrou a realização do Fórum Nacional de Turismo, Gastronomia e Hospitalidade, promovido em parceria pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade e pela Central Sindical SDS (Social Democracia Sindical), com o objetivo de garantir a requalificação dos profissionais de turismo. O fórum realizado em 45 cidades brasileiras, entre agosto e setembro último, foi viabilizado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).



Moreira Mendes: fórum foi realizado em 45 cidades, com apoio do FAT

talidade para atender cerca de 10 mil trabalhadores vinculados a hotelaria. O programa dos cursos foi desenvolvido com base nas exigências e desafios impostos pela concorrência internacional e pela globalização.

Moreira ressaltou que, além de visar a implementação do turismo a partir da formação de mão-de-obra qualificada, o fórum serviu como instrumento de pesquisa do perfil dos trabalhadores do setor que será analisado e estudado pelo Instituto de Hospitalidade.

O senador destacou o empenho do diretor-presidente da confederação, Moacyr Roberto Tesch Auresvald, na promoção do fórum e a iniciativa das duas instituições promotoras do evento.

De acordo com o senador, o fórum formou 11 equipes de profissionais qualificados e graduados nas áreas de turismo e hosi-

# Maldaner defende projeto que amplia licença-maternidade

Extensão do benefício a mães adotantes ajudaria a solucionar o problema dos menores abandonados, afirma senador

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que, caso o Senado Federal aprove projeto de sua autoria que garante licença-maternidade de 120 dias para as mães que adotarem uma criança de até cinco anos, irá ajudar a solucionar o problema de menores abandonados. Para o parlamentar, ao garantir mais vantagens ao ato da adoção, o projeto estimula a retirada dos menores das ruas.

O senador por Santa Catarina lembrou também que seu projeto corrige uma injustiça, já que a Constituição federal não faz dis-

tinção entre o filho natural ou o adotado. Maldaner ressaltou que a proposta está pronta para ser examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O autor da proposta informou que a relatora na CAS, senadora Marina Silva (PT-AC), é favorável ao projeto e apresentou emendas “para aperfeiçoar a



Maldaner lembrou que Constituição não distingue filho natural do adotado

idéia” original.

— As mães que adotam devem ter os mesmos direitos que as que geram filhos. A licença-maternidade permite que haja a aproximação e convívio entre mãe e filho — disse Maldaner. Ele acrescentou que as mães que adotarem crianças maiores de cinco anos serão contempladas com 30 dias de licença.

## Autônomas podem ser beneficiadas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu adiar para a próxima semana a votação dos projetos do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que concedem licença-maternidade, pelo prazo de 120 dias, às empregadas — incluindo domésticas — que adotarem ou obtiverem a guarda judicial de crianças de até cinco anos. Ambos os projetos concedem também às adotantes o direito de receber o salário-maternidade.

Com essa decisão, poderá ser examinada sugestão do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), ex-

ministro da Previdência Social, de concessão do salário-maternidade também para as mulheres autônomas que adotarem crianças. Segundo o senador, não há razão para os projetos beneficiarem apenas as mulheres que tenham carteira de trabalho assinada.

O adiamento permitirá também, conforme defendeu o presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que os dois projetos sejam apreciados em conjunto com um similar, recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados e que, em breve, deverá ser encaminhado à comissão.

A CAS também decidiu remeter para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que proíbe a utilização da catraca eletrônica em ônibus urbanos. A comissão aprovou ainda o envio, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que fixa em seis horas diárias a duração da jornada de trabalho dos motoristas de ônibus urbanos, municipais e interestaduais. Os senadores da CAS querem que a CAE avalie a viabilidade econômica e financeira do projeto.

## Passa na CAS regulamentação de decorador

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que regulamenta a profissão de decorador. Pela proposta, só poderão exercer a profissão os formados em Decoração nos estabelecimentos de ensino superior, os diplomados em Arquitetura, Desenho Industrial, Artes Plásticas e similares e os que concluíram o 2º grau e já exercem a profissão por cinco anos.

A relatora do projeto, senadora Emilia Fernandes (PT-RS), disse que a regulamentação da profissão vem ao encontro da classe que congrega, atualmente, cerca de



Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais ainda vão examinar o projeto em turno suplementar

9.500 decoradores em todo o país, movimentando cerca de US\$ 4 bilhões. Para a senadora, com a regulamentação da profissão será exigida do decorador a ética profissional, com a devida responsabilidade técnica por todos os projetos assinados e por sua execução.

No entender do autor do proje-

to, a decoração não comporta mais improvisações e requer alto grau de sofisticação, funcionalidade e novos padrões de qualidade. Para Arlindo Porto, somente profissionais especializados estão aptos para a elaboração e a execução de projetos.

A matéria será examinada ainda em tur-

no suplementar pela CAS em virtude de a senadora Emilia Fernandes ter apresentado substitutivo, atendendo a uma série de sugestões que recebeu da Associação Mineira de Decoradores de Nível Superior (Amide) com o detalhamento das atividades específicas do decorador.

# Álvaro denuncia corrupção no futebol do país

Presidente da CPI afirmou que parte considerável do dinheiro movimentado pelo futebol no Brasil – R\$ 18 bilhões anualmente – está no exterior. Ele disse que a comissão produzirá relatório da maior importância para a nação

O futebol brasileiro movimenta anualmente R\$ 18 bilhões, estando parte considerável desse dinheiro no exterior, beneficiando a corrupção e lesando o interesse do povo brasileiro, afirmou ontem o senador Álvaro Dias (PDT-PR), presidente da CPI do Futebol. Ele disse que em novembro a comissão encerrará seus trabalhos, produzindo relatório da maior importância para o país.

Álvaro Dias afirmou ter certeza de que o trabalho do senador Geraldo Althof (PFL-SC), relator da CPI, será aprovado pela comissão e pelo Plenário, produzindo efeitos de natureza jurídica, que demandarão a ação do Ministério Público e da Câmara dos Deputados. Na opinião do senador, esses resultados levarão a nação a tomar consciência de que o papel da CPI é fundamental para combater a corrupção no Brasil.

Álvaro Dias iniciou seu discurso corroborando o entendimento de que não existe fórmula mágica para combater a corrupção, mas um processo lento, consis-



tente numa guerra com várias batalhas. Ele sustentou a tese de que uma das batalhas mais importantes nesse processo se realiza com o trabalho das comissões de inquérito.

O senador contestou idéia de que as CPIs não acabam em nada, afirmando que muitas delas produziram resultados significativos, propiciando ao Executivo ressarcir-se de prejuízos, e ao Ministério Público adotar procedimentos

mais eficazes na responsabilização civil e criminal de culpados.

Atualmente, disse o parlamentar, a mudança fundamental para ampliar a eficácia das CPIs está a cargo da Câmara dos Deputados. Referia-se ao projeto em tramitação na Câmara

que acaba com o instituto da imunidade que protege o parlamentar, permitindo que ele se recuse inclusive a atender convocação para depor. Como exemplo, Álvaro observou que, na CPI do Futebol, um único cidadão invoca essa proteção legal para recusar-se a prestar depoimento, colocando-se acima de todos os demais.



Álvaro criticou descrença no trabalho das CPIs

## Grael e Paulão buscam apoio para emenda que ajuda esporte

Os campeões olímpicos Lars Grael, de iatismo, e Paulão, de vôlei, pediram ontem aos senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que lutem pela aprovação, na Comissão Mista de Orçamento, de emenda destinando R\$ 467 milhões para o Ministério do Esporte e Turismo.

Segundo os atletas, os recursos são essenciais para que o ministério possa concretizar dois programas: o Esporte Solidário e o Esporte na Escola. Para os campeões olímpicos, o esporte deve ser mais incentivado e valorizado como meio de ação social, principalmente nas comunidades carentes e nas escolas públicas.

Lars Grael informou que o programa Esporte na Escola é “uma grande causa”, já que facilitará o

retorno da Educação Física como disciplina obrigatória nas escolas da rede pública em todo o país. Os novos recursos, observou, permitirão a construção de quadras esportivas, a capacitação de professores e a compra de material esportivo. “A consequência disso é a formação de novos talentos”, previu.

O ex-atleta da seleção brasileira de vôlei Paulão acrescentou que o esporte não pode ser mais visto como uma “mera escolinha”, mas sim como forte instrumento de educação e da própria melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que o praticam. Para isso, observou, é preciso a canalização de mais recursos para o setor. Atualmente, os dois atletas trabalham na Secretaria Nacional de Esporte.

## Maguito pede ao governo solução para a greve nas universidades

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) fez apelo ao governo federal, e em especial ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que “lancem mão” da eficiência demonstrada no passado para resolver o problema da greve dos professores e servidores das universi-



Maguito lembrou que a greve já dura dois meses

dades federais, que já ultrapassa dois meses. Ele reiterou seu apoio ao movimento de paralisação dos docentes e dos funcionários administrativos das universidades federais, o qual considera justo, oportuno e até tardio.

Na opinião do senador, Paulo Renato parece ter dado como cumprida sua missão no governo, pois “fechou-se em seu gabinete, não conversa, não dialoga, não busca soluções”. Ao contrário, acrescentou, engalfinha-se com os professores numa guerra de limites para barrar o pagamento de salários, numa atitude infundada, e que aprofunda ainda mais o problema.

O impasse criado, afirmou, é muito grave e exige do governo federal e do ministro da Educação desprendimento e sensibilidade. Segundo Maguito Vilela, o momento não é

de medir forças, “pois quem está perdendo é o Brasil”.

– Não adianta dizer que está aberto às negociações da boca para fora apenas. É preciso desarmar os espíritos de fato, diante de um objetivo maior, que é retomar a normalidade no funcionamento das universidades – disse.

Na avaliação de Maguito Vilela, não há como concordar com a postura administrativa da União em relação ao ensino superior por meio de salários corroidos, falta de contratação de novos docentes, ausência de investimentos em pesquisa e redução de recursos para manutenção das instituições.

## Mauro: ministro desrespeitou senadores

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) criticou o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, por não ter recebido uma comissão de senadores que foi ao ministério em busca de solução para a greve dos professores das universidades federais. Ele considerou desrespeito ao Senado e aos senadores a decisão do ministro de enviar “um técnico de terceiro escalão” para reunir-se com os parlamentares.

– Quero manifestar meu repúdio ao ministro Paulo Rena-

to. Se ele não tem condições de abrir diálogo, que renuncie ao cargo. Como professor e reitor que foi, ele deveria dar o exemplo da conversa e do entendimento, sobretudo porque recebeu apelo do presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), para retomar o diálogo – afirmou.

Registrando que nunca havia feito pronunciamento tão indignado,



Mauro: Paulo Renato extrapolou todos os limites

Mauro disse que Paulo Renato extrapolou todos os limites. “Possivelmente ele está numa posição de semideus, trancado no seu ministério”, disse.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, comentou que a indignação de Mauro Miranda era a indignação de toda a Casa. Para Tebet,

“qualquer comissão acompanhada por senadores deveria ter a acolhida do ministro”.

## Suassuna defende reajuste para professores

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) homenageou ontem o Dia do Professor, comemorado no último dia 15. Suassuna, filho de professor e ele mesmo na profissão desde os 17 anos, defendeu a necessidade de reajuste salarial para a classe.

– Parece que o Brasil está sempre fadado a tratar o professor como uma espécie de escravo. Todo mundo elogia a profissão, mas, do ponto de vista do salário, é quase uma escravidão – observou.



Para Suassuna, educação conta com mais recursos

Comentando a falta de recursos para cobrir todas as despesas, o parlamentar afirmou que “o cobertor é curto”, mas desejou que o governo consiga logo resolver o impasse. Ele disse que a situação atual é muito melhor do que no passado. Para ele, a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e a obrigatoriedade de se destinar 25% do orçamento para a educação melhoraram muito o quadro educacional brasileiro.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu o apoio dos senadores da base governista para que se encontre solução para o impasse entre governo e professores. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) argumentou que a submissão do governo às imposições dos países desenvolvidos gerou a atual situação enfrentada pelos professores. Por sua vez, o líder do governo, senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou que o Ministério da Educação já realizou 28 reuniões com os grevistas, cinco delas com presença do ministro Paulo Renato.